



**TERMO DE ADESÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O
COMITÊ LOCAL DA REDE DE CONSUMO SEGURO E
SAÚDE – BAHIA, REPRESENTADO PELO IBAMETRO.**

O Comitê Local da Rede de Consumo Seguro e Saúde – Bahia, representado neste termo pelo membro coordenador: **IBAMETRO – INSTITUTO BAIANO DE METROLOGIA E QUALIDADE**, com sede a Rua Minas Gerais, nº 403 Edf. Luciano Santos, Pituba, inscrita no CNPJ nº 01.377.581/0001-48, representado neste ato pela Senhora Diretora Geral em exercício, **MARIA DO ROSÁRIO COSTA MURICY**, portador da cédula de identidade nº [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED] e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, com sede Quinta Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, representado neste ato por seu Procurador-Geral de Justiça, **MÁRCIO CORDEIRO FAHEL**

CONSIDERANDO as diretrizes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO a essencialidade do intercâmbio de informações e experiências, difusão da temática e educação sobre segurança dos produtos de consumo e seu impacto na saúde, sendo uma ferramenta que proporcionará fácil acesso aos dados relevantes sobre produtos considerados inseguros disponibilizados nos mercados;

CONSIDERANDO a necessidade de proteger a saúde dos consumidores, pela detecção rápida e ação coordenada a fim de evitar a entrada e circulação de produtos de consumo inseguros nos mercados;

CONSIDERANDO a formalização de similar Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Consumo Seguro e Saúde, entre IBAMETRO, PROCON-BA e DIVISA;



CONSIDERANDO a recomendação do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, integrante da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, no sentido de impulsionar a implementação das ações e diretrizes do projeto "Rede Consumo Seguro e Saúde das Américas", desenvolvido no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), em cooperação com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), bem como de facilitar, no plano interno, o desenvolvimento de futuras ações conjuntas, referentes ao assunto;

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Adesão**, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE ADESÃO tem por objeto formalizar o ingresso da referida entidade a Rede de Consumo Seguro – Bahia, visando a cooperação técnica entre as entidades que celebram este Termo. Os signatários se comprometem a desenvolver uma articulação interinstitucional no tocante à cooperação técnica e ao compartilhamento de informações referentes ao consumo seguro e à saúde, de modo a criar as bases de um sistema unificado, relacionado ao tema, no território do Estado da Bahia e impulsionar a implantação das ações e diretrizes do Projeto "Rede Consumo Seguro e Saúde das Américas", desenvolvido no âmbito da Organização dos Estados Americanos, bem como facilitar, no âmbito estadual, o desenvolvimento de futuras ações conjuntas, referentes ao assunto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS MEMBROS DOS GRUPOS DE TRABALHO

1. Conforme Plano de Ação 2014, a referida Rede de Consumo Seguro e Saúde – Bahia será composta por 3 (três) Grupos de Trabalho, a seguir:

I – GT SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO com a missão de Realização de Seminários sobre a temática, Realização da Semana Criança Segura em Outubro e confeccionar Materiais informativos e socioeducativos sobre a temática, divulgar internamente a temática e junto aos seus públicos externos;

II – GT FISCALIZAÇÃO com a missão de articular entre os órgãos da Rede quais Operações de fiscalização poderão ser realizadas de forma conjunta, tendo como





centralidade o enfrentamento da produção, fornecimento e comercialização de produtos inseguros, respeitando as peculiaridades e atribuições institucionais de cada um;

III – GT PROJETOS-PILOTO com a missão de: Implementação do SIAC em hospitais que aderirem ao projeto da Rede de Consumo Seguro e Saúde; Constituição do Observatório Social do Consumo Seguro em Universidades; Constituir um Comitê de Investigação laboratorial de segurança de produtos para realização de ensaios solicitados por membros do Comitê Local da Rede de Consumo Seguro e Saúde com fins previstos neste Termo.

2. Cada Órgão ou Entidade-Membro, no prazo de 10 dias úteis, após a assinatura do presente Termo de Adesão, para designará representantes, especificando o titular e o respectivo suplente, através de Ofício endereçado ao IBAMETRO, bem como a indicação de qual Grupo de Trabalho irá participar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICÍPES

Competirá conjuntamente aos partícipes:

- a) desenvolver, elaborar e prover apoio técnico aos programas e projetos a serem definidos pela implementação do presente acordo;
- b) exercer a articulação interinstitucional, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para viabilização dos programas e projetos;
- c) promover atividades de capacitação entre as entidades que celebram este Termo, visando ao aperfeiçoamento contínuo do atendimento prestado por esses órgãos ao cidadão;
- d) conduzir todas as atividades com eficiência e dentro das práticas administrativas, financeiras e técnicas adequadas;

CLÁUSULA QUARTA – DA COLABORAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES

Os Grupos de Trabalho poderão solicitar a colaboração de outros Órgãos ou entidades da Administração Pública, bem como de especialistas nas áreas envolvidas.

CLÁUSULA QUINTA – DA COORDENAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Os Grupos de Trabalho serão coordenados por representantes do Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade - IBAMETRO, da Superintendência de Proteção de





Defesa do Consumidor – PROCON-BA e da Diretoria de Vigilância Sanitária –
DIVISA.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS HUMANOS

1. A participação no Grupo de Trabalho será considerada serviço público relevante, não ensejando, por si só, qualquer remuneração.

2. Para a consecução dos objetivos deste instrumento, caberá a cada parte alocar, dentro de seus quadros, os recursos humanos que se fizerem necessários, não se constituindo, todavia, qualquer dos agentes das partes envolvidas, em servidor ou empregado da outra; sendo, pois, cada signatário total e unicamente responsável por suas próprias ações e obrigações geradas por este Termo de Adesão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do presente Termo não haverá transferência voluntária de recursos, não implicando em compromissos financeiros, correndo as despesas necessárias à plena consecução por conta das dotações orçamentárias próprias de cada partícipe, em conformidade com as responsabilidades assumidas neste instrumento e deliberadas em reunião do Comitê Local da Rede de Consumo Seguro e Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, não previstos neste Termo de Adesão, serão analisados individualmente e resolvidos em consenso, pelas partes convenientes, sempre considerando o objeto do contrato e a harmonização entre as leis aplicadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente Termo de Adesão decorre das vontades das partes, expressas em compromissos e condições gerais do acordo integral e será consolidado em suas diversas etapas através de contratos e/ou outros instrumentos jurídicos específicos e definitivos, na medida em que forem implementadas as ações necessárias e suficientes à plena execução do objeto deste instrumento.

Por estarem assim justos e de acordo com as cláusulas suprafirmadas, as partes





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA



assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas, para que surtam os efeitos jurídicos e legais.

Salvador, 13 de NOVEMBRO de 2014.

MARIA DO ROSÁRIO COSTA MURICY

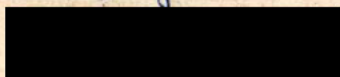
DIRETORA GERAL DO IBAMETRO EM
EXERCÍCIO

MÁRCIO CORDEIRO FAHEL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA

Testemunha(s):

CPF:



CPF:



CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Adesão de Voluntário

Nome	Lotação	Início	Término
Natali Mendes Marcelino	Juazeiro	12/12/2014	11/12/2015

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GABINETE**

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CONTRATO Nº 059.13.0C.00.0

Processo: 003.0.218514/2014.

Parecer jurídico: 872/2014.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB, CNPJ nº 13.579.586/0001-32.

Objeto contratual: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, com início em 02 de dezembro de 2014 e término em 01 de dezembro de 2015.

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0021 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Região 9900 - Ação (P/A/OE) 2002 - Natureza de Despesa 33.90.39.

RESUMO DE TERMO DE LICENÇA DE USO DE VOZ E/OU IMAGEM

Processo: 003.0.233473/2014

Parecer Jurídico: 594/2014

Licenciado: Ministério Público do Estado da Bahia

Licenciante: Associação Internacional Maylé Sara Kali - AMSK/BRASIL

Objeto: Autorização, mediante licença, do uso de fotografias do acervo da Licenciante, a título voluntário e gratuito.

Vigência: 01 (um) ano.

RESUMO DE TERMO DE ADESÃO

Processo: 003.0.161573/2014.

Parecer Jurídico: 733/2014.

Aderente: Ministério Público do Estado da Bahia.

Objeto: Formalizar o ingresso do Ministério Público do Estado da Bahia a Rede de Consumo Seguro e Saúde - Bahia, por meio da qual os signatários se comprometem a desenvolver uma articulação interinstitucional no tocante à cooperação técnica e ao compartilhamento de informações referentes ao consumo seguro e à saúde, de modo a criar as bases de um sistema unificado, relacionado ao tema, no território do Estado da Bahia e impulsionar a implantação das ações e diretrizes do Projeto "Rede Consumo Seguro e Saúde das Américas", desenvolvido no âmbito da Organização dos Estados Americanos, bem como facilitar, no âmbito estadual, o desenvolvimento de futuras ações conjuntas, referentes ao assunto.

Data de assinatura: 13/11/2014.

PORTARIA Nº 286/2014

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista o expediente protocolizado sob nº 003.0.231404/2014,

RESOLVE

Prorrogar o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 225/2014, de 10 de outubro de 2014, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 13 de outubro de 2014, para apurar os fatos constantes do expediente sob nº 003.0.186276/2014, por mais 30 (trinta) dias.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 10 de dezembro de 2014.

Daniella Souza de Moura Gomes

Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE DOCUMENTOS E PASSAGEIROS - CONTRATO Nº 161/2014- SGA

Processo: 003.0.231824/2014 - Dispensa nº 232/2014- D.A.

Parecer jurídico: 737/2013.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Transcosta Locadora e Serviços de Transporte Ltda.-ME, CNPJ nº 04.555.408/0001-80.

Objeto: Prestação de serviços de transporte de documentos e passageiros, através de táxi convencional, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Guanambi- BA.

Regime de execução: Empreitada por preço global.